

AS PALAVRAS PROIBIDAS

José Lemos Monteiro

Se nos detivermos alguns instantes a refletir sobre o fascínio ou a magia que certas palavras nos transmitem, concluiremos que, desde o seu surgimento, a linguagem constitui um verdadeiro mistério. É como se os sons lingüísticos não tivessem apenas uma função comunicativa: eles também seriam capazes de operar mudanças em nosso comportamento, atuar em nossas emoções, trazer-nos a dor ou o prazer. Quantas vezes basta ouvirmos um vocábulo ou expressão e alteramos subitamente nosso estado de espírito!

Recordemos, nesse sentido, a jaculatória rezada na Santa Missa: "Senhor, eu não sou digno de que entreis em minha casa, mas dizei uma só *palavra* e minha alma será salva".¹ Este breve enunciado encerra a crença de que todo o poder existente na terra se resume na força da palavra e nos conduz a uma compreensão mítico-simbólica de que o homem e o mundo nada mais são do que uma espécie de manifestação da linguagem. A Bíblia nos diz que "no princípio era o Verbo e o Verbo era Deus" (Jo. 1,1). Interpretemos literalmente esta passagem e nossa idéia de Deus talvez surpreenda os teólogos, parecendo absurda e insana. Mas, cada vez que meditamos sobre o enigma do universo ou sobre a existência do ser, queremos conceber que o pensamento heiddegeriano, segundo o qual "a linguagem é a casa do ser", de algum modo reproduz

1. Esta jaculatória altera uma passagem bíblica em que um centurião romano, desejando fervorosamente que um criado seu fosse curado, se dirige a Jesus Cristo, dizendo com humildade: "Senhor, não te incomodes tanto assim, porque não sou digno de que entres em minha casa; por isso, nem me achei digno de chegar-me a ti, mas dize somente uma palavra, e o meu servo será curado" (Lc. 7, 6-7).

a revelação bíblica encontrada desde as narrativas do Gênesis. Deus tirou o mundo do nada, usando apenas a palavra. Disse Ele: "Faça-se". E o nada se transformou no tudo. E, quando Deus fez o homem² à sua imagem e semelhança (entenda-se, pois, à imagem e semelhança do Verbo), transferiu-lhe esse poder, conforme ainda nos relata a Bíblia: "Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos e todas as aves do céu, levou-os ao homem, para ver como ele os havia de chamar; e todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é o seu verdadeiro nome". Aos outros seres não foi concedido o dom de falar porque, informa o Gênesis, ao homem é que coube o poder de reinar "sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra" (Gn. 1,26).

Desse modo, a formação do mundo é concebida como um pensamento de Deus, materializado pela força da palavra. Na Epístola aos Hebreus, está escrito que Deus sustenta o universo com o poder de sua palavra (Hb. 1,1), o que nos leva a pensar que a criação do universo não se deu em algum tempo, mas se processa enquanto a palavra divina é proferida. Basta que haja o silêncio do Verbo e o mundo deixará de existir enquanto matéria, o tudo se nadificará, retornando ao completo vazio.

É curioso que a identificação da divindade com a palavra não parece constituir uma revelação exclusiva das escrituras cristãs. Os textos da Pirâmide mencionam um deus chamado Khern, isto é, Palavra, cuja personalidade era idêntica à de um ser humano. A criação do mundo foi obra de palavras proferidas por vontade da divindade. Descobrimos esta incrível analogia com as Escrituras Sagradas em Ogden e Richards (. . . . (1976:48), que acrescentam um fato não menos digno de reflexão: o de que a maior parte da humanidade outrora identificava a alma com o nome da pessoa. Para os hindus, numa crença ióguica, o mantra AUM é considerado o corpo sonoro de Deus. E, muito mais do que no ocidente, no oriente as práticas ritualísticas e a meditação se associam freqüentemente ao uso de vocalizações ou mantras aos quais se atribuem diversos poderes mágicos, inclusive o de desintegrar a matéria.

Se, por outro lado, lermos os filósofos e poetas da antiguidade, encontraremos em muitos deles intuições análogas

2. É extremamente significativo que, ao criar o homem, Deus haja substituído o "faça-se" por " façamos".

a estas. É o que essencializa, por exemplo, os cantos que compõem a *Teogonia* de Hesíodo. De acordo com o estudo e tradução de Jaa Torrano (1981:17), em Hesíodo as palavras são forças divinas, deusas nascidas de Zeus e Memória (As Musas). Este poder da força da palavra se instaura por uma relação quase mágica entre o nome e a coisa nomeada, pela qual o nome traz consigo, uma vez pronunciado, a presença da própria coisa.

É fácil, por conseguinte, admitir que para os povos primitivos e antigos a origem da linguagem sempre esteve ligada a forças sobrenaturais e inexplicáveis. É como se o homem tivesse perdido a consciência do poder que lhe foi outorgado, embora ainda possa usá-lo para o bem ou para o mal. Os bruxos e magos de todas as regiões sempre acreditaram que as invocações ou fórmulas, por vezes secretas, realizam exatamente aquilo que eles desejam ou pedem. Diz-nos Stephen Ullmann (1964:78) que os índios da ilha de Vancouver têm esta notável comparação: "As palavras atingem as pessoas como a lança atinge a caça ou como os raios do sol atingem a terra".

Observemos que esta noção, tão comum nas culturas indígenas, subjaz nos primeiros contactos que temos com a linguagem. Segundo explica Malinowsky (1976:316), as palavras não são para a criança apenas meios de expressão, senão que consistem em fórmulas de ação imediata. E exemplifica: o nome de uma pessoa, proferido em voz alta, em tom choroso, tem o poder de materializar essa pessoa que, como é óbvio, logo aparece e faz a criança tranquilizar-se. Assim sendo, comenta ainda Malinowsky, as palavras são forças ativas que, na visão infantil, proporcionam um domínio essencial sobre a realidade, movimentando, atraindo ou repelindo coisas exteriores e produzindo mudanças em tudo o que existe. Para complementar, lembremos que, ao presenciarmos os balbucios espontâneos, como se fossem um jogo ou brincadeira que os recém-nascidos costumam fazer, constataremos uma expressão de júbilo e quase êxtase, resultante da percepção da linguagem que a criança começa a ter. Ela se sente talvez tão maravilhada quanto o adulto que se detém a meditar sobre esse mistério agora já numa tentativa de recobrar a memória do que lhe foi destruído pela civilização.

Mas a consciência da verdade, a penetração na essência da linguagem é um desejo vão que dificilmente se realiza. Em consequência, o homem se torna um alienado em sua própria casa, uma vez que realmente ele nada mais é que a linguagem em si mesma. E disso lhe advém uma pluralidade de sentimentos e atitudes em relação às palavras.

O mais comum desses sentimentos é o medo de falar. Se existe a convicção ou experiência de que os vocábulos têm poderes mágicos, é necessário respeitá-los e temê-los como algo sagrado. Se fizermos um estudo dos costumes dos mais diversos povos, chegaremos à conclusão impressionante de que em todos eles há tabus lingüísticos, ou seja, a proibição de dizer certos nomes aos quais se atribui poder sobrenatural e cuja infração causa infortúnio ou desgraça. Stephen Ullmann (1964) e Mansur Guérios (1956) registram inúmeros exemplos. Assim, entre os masais da África, nunca se profere o nome de uma pessoa morta e, se houver algum vocábulo homônimo ou mesmo parônimo, este será logo substituído por outro. Em certas tribos da Austrália, quando há extrema necessidade, cita-se o nome do falecido, mas em voz muito baixa, a fim de que o espírito não o ouça nem possa aparecer em sonhos ou causar danos irreparáveis.

Entretanto, não só entre os selvagens, mas também entre os civilizados supersticiosos, o nome é parte indissolúvel da personalidade de alguém. Não se deve empregá-lo em qualquer circunstância. Câmara Cascudo, no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, afirma: "Escrever o nome de alguém num papel e queimá-lo é de agouro certo. Colocar o nome escrito dentro de um formigueiro ou de um cupim, para que seja destruído, é outro antigüíssimo processo da mágica simpática, tendo por base a onipotência do nome".

Se essa atitude ocorre em face dos antropônimos, já se pode imaginar o grau de veneração e respeito aplicado aos teônimos e hierônimos. Lemos no Deuteronômio (5, 11): "Não pronunciarás o nome de Javé teu Deus em vão, pois Javé não deixará impune o que pronunciar o seu nome em vão". Observa Stephen Ullmann (1964:427) que os judeus jamais se referiam diretamente a Deus, usando sempre a palavra *Senhor*, o que ainda persiste no inglês *The Lord*, no francês *Seigneur* e em muitas línguas modernas.

O mesmo se passa com o nome do Diabo, que em todas as línguas é substituído por circunlóquios e eufemismos. Em francês existe a curiosa expressão "L'Autre"; em português são incontáveis os metalexismos (termos que substituem um vocábulo — tabu), para evitar o emprego da palavra *diabo*. Além dos eufemismos, há o recurso à desfiguração fonológica do vocábulo, o que produz uma série de variações inventariadas por Mansur Guérios (1956-76): *diá, diacho, dialho, dialhe, diamo, dianho, diangras, dianga, drale, dardo, diantro, diantre, diatre, diabre, diogo, nabo, droga, dubá etc.*

Não são, contudo, apenas as forças desconhecidas que amedrontam o homem e lhe causam o medo de falar. Tudo o que o cerca, em diversas circunstâncias, leva-o a sobressaltos, à sensação do perigo, da repugnância, dos maus pressentimentos. E tudo, em última análise, não passa de uma questão de linguagem.

Várias são as tentativas de classificar essas atitudes de que derivam os tabus lingüísticos. Para Havers (Guérios, ... 1956-15), estes estariam categorizados nos seguintes itens: a) nomes de animais; b) nomes de partes do corpo; c) fogo; d) sol e lua; e) doenças; f) nomes de deuses e demônios. Segundo Stephen Ullmann (1964:426), os tabus de linguagem se dividem em três grupos, consoante a motivação psicológica que os origina: uns são devidos ao medo, outros ao sentimento de delicadeza, outros ainda ao decoro ou decência.

A verdade, porém, é que a proibição ou o temor de usar uma dada expressão parte sempre da crença de que a linguagem oculta um poder capaz de nos subjugar de forma irremediável. Por isso, freqüentemente, não proferimos o nome de certas doenças. Quantas pessoas não receiam pronunciar termos como *câncer*, *lepra*, *morféia* ou *epilepsia*? Os próprios médicos dizem *C.A.* em vez de *câncer*; a gonorréia, o cancro e demais doenças venéreas agora são conhecidas como "doenças sexualmente transmissíveis"; a lepra passou a ser denominada de *hanseaníase*; o povo costuma usar "doença do peito" por *tuberculose*. E os exemplos são incontáveis.

Mas não é a substituição do tabu lingüístico por outra expressão (metalexismo) o único recurso com que imaginamos estar imunes aos efeitos das palavras proibidas. Há uma pluralidade de outros artifícios, entre os quais destacamos:

a) Adulteração fonética do vocábulo

Já fizemos referência às corruptelas de *diabo*. Analogamente, em vez de *desgraçado*, dizemos *desgramado*, *disgramado*, *dísgrá* etc. Os palavrões geralmente estão camuflados na linguagem das pessoas recatadas: *Pocha*, *Pucha*, *Orra*, *Pô* etc. Há mesmo expressões curiosas como "vá pra ponte que caiu", ou simplesmente "pequepê".

Muito freqüente é também o fato de nomes estrangeiros se associarem fonologicamente a palavras obscenas do português, o que necessariamente conduz à adulteração fonética. Foi, por exemplo, o caso de um mafioso italiano preso no Brasil, cujo sobrenome, por questão de decoro, teve entre nós que ser

pronunciado *Busqueta*. Não é raro que o nome seja alterado por decisão judicial, mediante ação promovida pela parte interessada. Entre esses casos, cite-se que um japonês domiciliado em Fortaleza, em cujo nome existia o vocábulo *Ku*, teve este modificado judicialmente para *Kô*, em virtude dos argumentos óbvios apresentados pelo advogado Dr. Pedro Maia.

Outrora, na educação dos seminaristas, muitos termos eram modificados apenas porque poderiam gerar certas conotações. Parece incrível, mas se dizia o "avor de Cristo" (em vez de *amor*); "no meio da Igreja Católica" (por *seio*); "a boca fala o que afunda no coração" (por *abunda*) etc. Costumava-se também rasurar ou modificar algumas letras de vocábulos que os seminaristas chegassem a ler, o que produzia invariavelmente a curiosidade de saber a verdadeira pronúncia dos nomes rasurados nos livros.

b) Emprego de sinônimos

É preciso ter em mente que não são os significados ou os referentes dos vocábulos (seres, doenças, objetos etc.) que justificam a crença nos efeitos maléficos dos tabus lingüísticos. Se assim fosse, também os sinônimos produziriam as mesmas conseqüências. Como isto parece não acontecer, as pessoas usam com a maior naturalidade, sem medos ou maus pressentimentos, termos conceptualmente análogos às palavras proibidas. Talvez este seja um dos motivos da existência de tantos sinônimos para o nome do diabo.

Cumpre enfatizar que o contexto ou ambiente cultural é fator determinante da interdição de certos vocábulos. Temos medo de pronunciar um palavrão dentro de uma igreja ou num velório, mas num estádio até o julgamos oportuno, quando a arbitragem não favorece o time pelo qual torcemos.

Na realidade, o contexto estabelece todas as normas de tráfego da linguagem. Um mesmo vocábulo nunca poderá ser empregado em todas as situações, ambientes ou classes sociais. Dizer publicamente uma verdade será algo muito arriscado, se as palavras forem duras ou inadequadas. Dessa forma, se um Ministro desvia verbas em seu benefício, só pelo fato de ser Ministro, todos estaremos proibidos de chamá-lo de ladrão. E quem, por ingenuidade ou imprudência, usar este termo, sofrerá severas punições. Para evitar essas conseqüências, um sinônimo como *estelionatário* até soa elegante e dignifica o roubo do Ministro. Tudo, pois, uma simples questão de linguagem.

c) *Substituição por gesto*

Muitas vezes silenciamos diante de determinadas circunstâncias e o máximo que fazemos é apontar para alguma coisa ou evento a cujo nome temos aversão. Em outras ocasiões, usamos o gesto acompanhado de um termo sinônimo que cause um efeito menos desagradável. O Conselheiro Acácio, personagem de Eça de Queirós, reflete bem essa preocupação: "não dizia vomitar, fazia um gesto indicativo e empregava *restituir*". (Queirós, 1976:32).

d) *Uso de signos dêiticos*

É também bastante comum que evitemos o nome de alguém a quem odiamos, mediante o emprego de pronomes: "não me fales nele", "o dito cujo", "já esqueci aquilo" etc. são expressões que ouvimos a todo instante. Florival Seraine (Guérios, 1956), observa que, no interior cearense, em vez do nome de certas doenças incuráveis, se diz "aquela doença". Mais curioso é o uso das expressões populares "lá nele" ou "lá nela". Comenta o autor acima citado que alguém, ao proferir determinados vocábulos, teme que estes repercutam em seu próprio corpo, concretizando-se em si mesmo as doenças ou ferimentos graves evocados pela pronúncia dos nomes. Para livrar-se de tal perigo, logo aponta para a parte de seu corpo, acrescentando a expressão "lá nele" ou "lá nela", como se estas fossem uma espécie de fórmula mágica.

e) *Mudança no tom de voz*

Nos diálogos, nas orações, nas mais variadas formas de uso da linguagem, modificamos o tom de voz, chegando até à pura articulação das palavras sem emissão de qualquer som. É claro que nem sempre se trata de uma precaução decorrente do medo dos efeitos de uma pronúncia bem audível. Mas com frequência é o temor ou o respeito que motiva esse procedimento. Os palavrões são expressos em quase sussurro em diversas circunstâncias (nas relações amorosas, para algumas pessoas, isso aumenta a excitação), os nomes dos mortos ou de certas doenças, os pedidos feitos a Deus, enfim, todos os sons a que atribuímos alguma força ou poder imanente é emitido por nós com uma modulação especial da voz. Relata-nos Mansur Guérios (1956:36) que os indígenas da ilha de Chiloé, na costa meridional do Chile, jamais proferem os nomes de pessoa em voz alta por medo de que os espíritos lhes façam mal. Há tribos

da Austrália em que todos os indivíduos possuem um nome secreto, que só é pronunciado pelas pessoas do grupo e, assim mesmo, em voz muito baixa.

f) *Substituição por eufemismos*

Para atenuar a repercussão de vocábulos tidos como indecorosos ou tabus, criam-se inúmeros eufemismos. Em vez do verbo *parir*, prefere-se dizer *descansar*, *dar à luz*. O medo de morrer talvez seja responsável por uma série de expressões eufêmicas: *repousar*, *descansar em paz*, *exalar o último suspiro*, *sair desta para a melhor*, *partir para a outra vida*, *entregar a alma a Deus*, e assim por diante. Não raro se mudam os nomes de pessoas, objetos ou lugares, quando se percebe que algo a eles relacionado não anda bem. O *Cabo das Tormentas* passou a ser designado de *Cabo da Boa Esperança*. No Brasil, várias cidades mudaram de nome por motivos análogos. Outras ainda conservam, como é o caso de *Passo Fundo*, onde o cacófato bem que deveria ser eliminado.

Conquanto não diga respeito à linguagem eussêmica, é o caso de aqui lembrar com Mervoyer (Ogden e Richards, 1976:57), que Adriano VI, ao ser eleito papa, foi persuadido pelos Cardeais a não conservar o seu próprio nome, em virtude de que todos os papas que assim tinham feito haviam morrido no primeiro ano de pontificado.³

Essa crença de que a palavra é responsável pelo sucesso ou pelo azar, a nosso ver, é o motivo de constantes substituições na linguagem. Recordemos que, num concurso para figurinista de alta costura, patrocinado pelo então famoso costureiro Denner, foi vitorioso um rapaz de incrível habilidade e senso estético. Denner, porém, lhe deu o seguinte conselho: "Se você quiser ter êxito, a primeira coisa que deve fazer é trocar de nome. Em vez de seu prosaico *Sebastião*, sugiro que a partir de agora você seja conhecido como *Sebastian*." Não teria sido um motivo semelhante o que recentemente levou o governo argentino a mudar o *peso* pelo *astral*? Terá sido feliz o governo brasileiro, ao escolher o nome *cruzado* com o propósito de fazer o povo esquecer o desmoralizado *cruzeiro*?

3. Aliás, a Igreja Católica nunca deixou de alimentar superstições quanto a esse aspecto, a ponto de outrora o clero exigir dos pais que batizassem os filhos com nomes de santos. Ainda hoje, acreditamos que qualquer vigário se recusaria a batizar uma criança com o nome de Hitler. E concordaríamos plenamente com essa atitude negativa, porque o nome é um estigma que acompanha a pessoa até depois de morta.

g) Substituição por disfemismos

Uma das provas mais convincentes de que as palavras proibidas não são assim consideradas por causa do significado que traduzem reside no fato de que, às vezes, costuma-se evitá-las mediante o emprego de uma expressão de teor bem mais chocante ou grosseiro. Dessa forma, surgem os disfemismos de que há abundantes exemplos na língua portuguesa. Para *morrer*, existem expressões populares como "bater as botas",⁴ "esticar o pernil", "vestir o paletó de madeira" etc. Há vários disfemismos para o nome *diabo*: o *chifrudo*, o *malvado*, o *bicho papão* etc.

h) Circunlóquios

Evidentemente, o recurso às construções perifrásticas ou circunloquiais geralmente redundam em eufemismos que tentam preservar a nobreza da linguagem. O falante culto diz, por exemplo, "satisfazer a uma necessidade fisiológica". O homem rústico, bem menos formalista, diante de um caso desses, usa a fórmula "com licença da palavra" e diz o termo que conhece, sem dar tempo a que o ouvinte lhe conceda a licença.

Mas o escrúpulo de empregar determinados vocábulos chega a um tal barroquismo na linguagem culta que encontramos em alguns escritores passagens que hoje parecem ridículas. Para citar somente um autor, registremos dois exemplos de Alexandre Herculano. O primeiro traduz o vocábulo *bunda* que, em linguagem polida, em geral é substituído por *nádegas*. Entretanto, o escritor português preferiu elaborar o seguinte circunlóquio: "bombagina estufada de certa porção convexa da carne humana" (Bueno, 1964:137). O segundo dá outra versão para o adágio "aí é que a porca torce o rabo". Como as palavras *porca* e *rabo* têm conotações negativas, ele as evitou, escrevendo: "aí é que certo animal torcia certa parte do corpo que eu e o leitor sabemos" (Guérios, 1956:36).

Tais são os recursos mais comuns que evidenciam a todo momento atitudes de medo em relação ao emprego de certas palavras. E esse comportamento não é fruto exclusivo da ignorância ou da superstição. A linguagem tem realmente um poder,

4. Em artigo publicado na *Revista da Academia Cearense de Língua Portuguesa*, Hélio Melo (1985:47-8), analisa diversas variações desse disfemismo. Mencionemos apenas as que nos parecem mais curiosas: "bater o prego", "bater a canastra", "bater o trinta e um", "virar presunto", "largar a casca", "botar o bloco na rua", "dar o corpo aos vermes", "dar o couro às varas", "ir para o beleléu", "espichar a canela" etc.

muitas vezes inexplicável, outras manipulado pelas próprias pessoas. Os gauleses, segundo uma alusão de Luciano de Samosata (Schaff, 1968:118), representavam Hércules, o símbolo da força, como um patriarca em cuja língua estavam atadas as orelhas das pessoas. O significado dessa estranha representação era o de que as correntes que amarravam os homens à língua de Hércules eram apenas as palavras que fluíam de seus lábios para as mentes das pessoas.

Se refletirmos bem nessa imagem, percebemos que todos nós somos subjugados, condicionados, massacrados e oprimidos pela manipulação da força das palavras num mundo inseguro, cujo destino está menos nas mãos do que na língua dos agentes do poder. Somos escravos das palavras que deles emanam e, sem o sabermos, vivemos e morremos por elas. *Democracia* e *liberdade* são, por exemplo, dois termos maldosamente preferidos para manter o estágio de nossa alienação. Malmberg comenta que tais vocábulos significam coisas diferentes, inclusive quase contrárias, em distintas partes do mundo. E observa que "em nome da liberdade e da democracia, muitos povos são oprimidos e reduzidos a cinzas" (Campos, 1979-80:78).

Há poucos anos, argentinos e ingleses se destruíram na Guerra das Malvinas e a razão não foi outra, (teria sido também a força maléfica do próprio nome da ilha?), senão a palavra *soberania*. E no Brasil, após a queda de João Goulart, muitas pessoas foram perseguidas e até mortas pela imposição e subversão semântica de certos vocábulos. Hoje, já podemos dizer que em 1964 houve um *golpe* militar que implantou um regime de *ditadura*. Mas antes ninguém podia falar assim, sob pena de ser denunciado e preso. As palavras que nos impuseram foram *revolução*, *democracia* e *liberdade*. E os brasileiros, como também aconteceu em outros países, não deixaram de respeitosa e humildemente sair em passeata, dando vivas à *liberdade*, de orelhas atadas à língua dos poderosos, de onde emanava essa palavra vazia ou repleta de todos os significados.

Não há dúvidas, pois, de que a história da humanidade sempre foi e será determinada pelo poder de certos vocábulos, de que resultam conseqüências por vezes desastrosas. Analisando esse ângulo da questão, Ápio Campos (1979-80:77) menciona alguns eventos significativos. Lembra que a ousadia de Lutero em traduzir a Bíblia para o alemão foi o quanto bastou para provocar a cisão do cristianismo. Da mesma maneira, Descartes, ao trocar o latim pelo francês em seu *Discours de la Méthode*, fez que surgisse uma nova ordem de pensamento filosófico, desligada da influência escolástica, e sem dúvida a causa dessa revolução se deveu menos às suas idéias do que

ao tipo de linguagem que utilizou, de clareza incontestada e de penetração popular. Seria ainda o caso da decisão tomada pelo Concílio do Vaticano II, ao permitir que o latim fosse substituído pelas línguas modernas na liturgia católica. Tal medida representou um abalo profundo no sistema eclesiástico: o clero se tornou liberal, o misticismo e fervor religioso em grande parte cederam lugar à ação comunitária. O povo, antes acostumado à magia e ao fascínio das missas rezadas ou cantadas em latim, sentiu um grande impacto ao notar que aquelas palavras sacras estavam sendo desfiguradas pela tradução, trocadas por fórmulas que não despertavam a sensação do mistério.

A força da linguagem só subsiste enquanto se mantém o respeito, a interdição, a intangibilidade. A existência de línguas secretas ou sagradas é uma demonstração do temor dos homens em face do sobrenatural. Uma civilização que destrói esses valores, julgando-se livre das superstições e tabus, perde o contacto com o mistério, distancia-se de suas origens, torna-se incapaz de perceber que o mundo é apenas uma linguagem.

O caráter acentuadamente místico dessas últimas reflexões evidencia, sem nenhum medo do ridículo, o nosso deslumbramento em relação ao mistério da palavra. Quem sabe se alguns males de nossa civilização não advieram da desmitificação da linguagem. Teríamos, por certo, que aprender muito com os povos primitivos e antigos, a fim de readquirirmos a comunhão perfeita com a natureza, a espontaneidade da vida. E, ao mesmo tempo, deveríamos estar atentos para que a força da palavra não atuasse no sentido da destruição, mas no de uma perene revalorização da existência humana.

Cumprido lembrar que o verbo grego *blasphemeo*, antônimo de *euphemeo*, significa "dizer coisas que prejudicam". A blasfêmia, portanto, sempre foi uma questão de linguagem. A própria noção de pecado, na interpretação eclesiástica, não se restringe às ações comportamentais: inclui também os pensamentos e as palavras. É difícil imaginar o número de pessoas, condenadas ou mortas simplesmente por haverem pronunciado determinados vocábulos. Se lermos os julgamentos do Tribunal do Santo Ofício, teremos uma reação de espanto, de perplexidade ou de revolta. E, quando pensamos que a inquisição é coisa do passado, vemos o Frei Leonardo Boff condenado ao voto de silêncio. Uma prova de que a Igreja Católica continua a ter medo do poder da palavra.

Não se pense, porém, que esses fatos só ocorreram em nome da religião. Qualquer forma de abuso do poder pressupõe o controle da linguagem. Sempre quem detém o poder deve saber que sua sustentação está na mera manipulação da lingua-

gem. Por isso, os governos têm medo de conceder a plena liberdade de expressão. Eles sabem que, eliminada a censura, cria-se a possibilidade de que certas palavras adquiram força e terminem por transferir o poder a quem souber usá-las com argúcia e tenacidade. Todas as revoluções do mundo foram revoluções de palavras. Jesus Cristo, para implantar sua doutrina, usou de parábolas. E, a fim de escolher um seu representante, outorgando-lhe, portanto, o dom de usar a energia das palavras, mudou-lhe o nome de *Simão* para *Pedro*, determinando que do vocábulo *pedra* surgisse a Igreja de Deus, tal como do Verbo foi criado o mundo. Para recordar apenas mais um exemplo, a Revolução Francesa só mudou o destino da humanidade porque se gritou muito o lema *Egalité, Liberté, Fraternité*, numa época em que a única palavra forte era a *palavra do rei*.

Agora, o mundo inteiro está controlado pelos modernos meios de comunicação, parte de uma estrutura de poder que controla os atos humanos em todos os sentidos. A massificação chegou a tal ponto que já somos quase incapazes de pensar desde que a todo instante nossas mentes são dominadas pelas palavras ou mitos criados pelos donos do poder. Pensamos e agimos em total submissão, alegremente alienados ou amarguradamente convictos de que o controle da linguagem é responsável pela manutenção da miséria e da fome das populações proibidas de falar. E essa proibição consiste simplesmente em negar-lhes o direito à educação e ao desenvolvimento de suas potencialidades criativas.

Calados e indefesos, diariamente ouvimos pela televisão palavras que ameaçam e prometem para breve um holocausto mundial. Ainda mantemos a esperança de que vocábulos como *amor* e *paz* conservem a força suficiente para sustentar a vida em nosso planeta. Porque, do contrário, a paz que existirá na terra será a do silêncio total, talvez o mesmo vazio que deve ter havido antes da invenção da palavra.

Referências Bibliográficas:

- BÍBLIA Sagrada. São Paulo, Ave Maria, 1957.
BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo, Ed. Paulinas, 1973.
BUENO, Silveira. *Estilística brasileira*. São Paulo, Saraiva, 1964.
CAMPOS, Ápio. "Linguagem e poder". In: *Revista da Academia Paraense de Letras*. Belém, 1979/1980.
GUÉRIOS, R. F. Mansur. *Tabus lingüísticos*. Rio, Org. Simões, 1956.
HEIDEGGER, Martin. *Sobre o humanismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.

- MALINOWSKY, B. "O problema do significado em linguagens primitivas".
 In: OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. *O significado de significado*.
 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MELO, Hélio. "Bater as botas". In: *Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa*. Fortaleza, 6 (6), 1985.
- OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. *O significado de significado*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. São Paulo, Ática, 1976.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica; uma introdução à ciência do significado*. 4 ed. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1964.

Barbel Gutzik

Quem não conhece a obra de Hugo ou Caspar David Friedrich, estas famosas figuras dos céus dos montes germânicos? Os cenários dos irmãos Grimm são, para despretas de Maxine Emswiler, o livro alemão sobre tradições folclóricas e literatura infantil mais popular em muitas partes do mundo. Mas quem eram os irmãos Grimm? Jacob nasceu em 1735, Wilhelm em seis anos depois. Neste ano comemoramos então o 200.º aniversário de Jacob e ao próximo ano o de Wilhelm. Embora tivessem temporelamente diferentes eles viveram e maior parte de vida juntos e trabalharam juntos. Essa coincidência é um fenômeno singular na história literária da Europa, esse relacionamento íntimo durante a vida inteira. O pai morreu cedo, e depois uma guerra levou a mãe. Assim os irmãos mais velhos Jacob e Wilhelm tomaram a responsabilidade pela família, pelos irmãos mais novos. Em 1800 eles começaram a estudar direito e depois exerceram profissões como juristas etc. Em 1810 os dois se mudaram para o cidade de Göttingen, onde trabalharam como professores na Universidade. Quando o rei decessou a lei suspendeu a lei fundamental, a constituição. Os irmãos Grimm, com mais 3 outros professores formularam e assinaram um documento contra esse decessão absoluta e arbitrária. O resultado da protesto foi que os 7 professores foram expulsos do estado e os irmãos Grimm voltaram para onde eles tinham trabalhado antes. Julgamos politicamente parece difícil. Por um lado eles expulsos por causa desta protesto contra a suspensão da constituição. Mas, por outro lado, defendiam o STATUS QUO; então nesse sentido muito conservadores é não

* Trabalho publicado no II Seminário de Literatura Infantil da UFPA, em novembro de 1985.